

A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Luiz Fernando Ridolfi

Universidad Europea del Atlántico, Espanha
Mestre em Intervenção Psicológica no Desenvolvimento e na Educação.
<https://orcid.org/0000-0003-4918-0420>

Kátia Aparecida Claudino Bernardo Juliani

Universidad Europea del Atlántico, Espanha
Mestra em Educação com ênfase em Formação de Professores.

Edilaine da Cunha Martins

Universidad Europea del Atlántico, Espanha
Mestra em Educação com ênfase em Formação de Professores.

Ivani da Rocha

Universidad Europea del Atlántico, Espanha
Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores.

Júlio César Belo Gervásio

Universidad del Sol, Paraguai
Doutorando em Ciências da Educação.

Ana Rita Eduardo Flores de Melo

Universidad Internacional Iberoamericana, Puerto Rico
Mestra em Educação com ênfase em Formação de Professores.

Aurelio Moraes Duarte

Universidad Internacional Iberoamericana, Puerto Rico
Mestre em Educação com ênfase em Educação Superior.

Charles Alves Correia

Ivy Enber Christian University, Estados Unidos
Mestrando em Ciências da Educação e Ética Cristã.

Ronilda Aparecida Teodoro Sobrinho

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil
Mestranda em Educação Tecnológica

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i3.574>

Publicado em: 28.03.2026

Resumo: Neste estudo, busca-se empreender uma investigação acerca da reflexão sobre a feminização do magistério em diálogo com as imposições sociais de gênero e seus impactos no cotidiano educativo sob a ótica de um olhar interseccional. Levando em consideração o número majoritário de professoras atuantes da



educação, em específico a educação básica, e os aspectos históricos, políticos, ideológicos e culturais que influenciam essa realidade, é notório como as relações de gênero perpetua violências silenciosas e contribui para a desigualdade de acesso a posições em que os cargos de maiores salários são ocupados por homens. Utiliza-se a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica para analisar a condição das mulheres no exercício da profissão docente. Assim, problematizar a trajetória escolar e profissional das mulheres, permite desmistificar e desnaturalizar conceitos e práticas enraizados em contextos de injustiça social e não apenas, promovendo uma reflexão mais profunda sobre as dinâmicas de poder e dominação que as afetam.

Palavras-chave: Feminização do Magistério. Interseccionalidade. Relações de Gênero.

THE FEMINIZATION OF THE TEACHING PROFESSION AND TEACHER EDUCATION: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS OF GENDER RELATIONS IN EDUCATION

Resumen: En este estudio buscamos emprender una investigación sobre la reflexión sobre la feminización de la enseñanza en diálogo con las imposiciones sociales de género y sus impactos en la educación cotidiana desde una perspectiva interseccional. Teniendo en cuenta el número mayoritario de docentes que trabajan en educación, específicamente en educación básica, y los aspectos históricos, políticos, ideológicos y culturales que influyen en esta realidad, queda claro cómo las relaciones de género perpetúan la violencia silenciosa y contribuyen a la desigualdad de acceso a puestos en los que los puestos mejor remunerados son ocupados por hombres. Se utiliza la interseccionalidad como herramienta teórico-metodológica para analizar la condición de las mujeres en la profesión docente. Así, problematizar la trayectoria educativa y profesional de las mujeres permite desmitificar y desnaturalizar conceptos y prácticas arraigadas en contextos de injusticia social y más allá, promoviendo una reflexión más profunda sobre las dinámicas de poder y dominación que las afectan.

Palabras clave: Feminización de la Profesión Docente. Interseccionalidad. Relaciones de Género.

LA FEMINIZACIÓN DEL PROFESORADO Y LA FORMACIÓN DOCENTE: UN ANÁLISIS INTERSECCIONAL DE LAS RELACIONES DE GÉNERO EN LA EDUCACIÓN

Abstract In this study, we seek to undertake an investigation into reflection on the feminization of teaching in dialogue with social impositions of gender and their impacts on everyday education from the perspective of an intersectional perspective. Taking into account the majority number of teachers working in education, specifically basic education, and the historical, political, ideological and cultural aspects that influence this reality, it is clear how gender relations perpetuate silent

violence and contribute to inequality of access to positions in which the highest-paying positions are occupied by men. Intersectionality is used as a theoretical-methodological tool to analyze the condition of women in the teaching profession. Thus, problematizing the educational and professional trajectory of women allows us to demystify and denaturalize concepts and practices rooted in contexts of social injustice and beyond, promoting a deeper reflection on the dynamics of power and domination that affect them.

Keywords: Feminization of the Teaching profession. Intersectionality. Gender Relations.

Introdução

Ao alargar-se a compreensão sobre a complexidade que permeia a educação brasileira, verifica-se que, o fenômeno está diretamente atrelado às construções sociais, culturais e ideológicas, que nos formam e que impactam diretamente no nosso fazer docente. Construções estas que dizem de um processo histórico da educação brasileira, apontando para o tempo passado e para nosso tempo presente.

O professor, uma vez estando no espaço escolar, tem que lidar com problemas que extrapolam a escola e o fazer pedagógico em si. Trata-se, inclusive, de uma realidade expressa na forma como compreende as profissões e as pessoas que são tidas como ideais para exercê-las. Tal proposição é sustentada naquilo que propõe Louro (2018), quando contribui com as seguintes ponderações:

Como educadoras e educadores precisaríamos, pois, voltar nosso olhar para os processos históricos, políticos, econômicos, culturais que possibilitaram que uma determinada identidade fosse compreendida como a identidade legítima e não-problemática e as demais como diferentes ou desviantes. Há que se analisar também as formas como a escola tem lidado com essas questões (Louro, 2018, p. 65).

Como se pode ver, há identidades compreendidas como ideais e legítimas e aquelas percebidas como desviantes. E é importante interrogar como se chega a essas compreensões de legitimidade, de identidade ideal, de quem desvia e por que desvia; buscando entender também as consequências disso, bem como se estabelece esse debate se volta ao processo da feminização do magistério?

De acordo com Brito, Nascimento e Silva (2018), o magistério, principalmente, na Educação Básica, tem um número exacerbado de mulheres exercendo a profissão docente. Esse fenômeno é denominado como feminização, haja vista sua associação aos fazeres que se atrelam ao universo entendido como feminino. Essa identidade feminina, conforme Louro (2018), não por acaso foi entendida como a legítima a ocupar a educação e, em especial, a educação de crianças pequenas. Nesse sentido, é uma identidade não problemática e desviante e, por isso, devida ao espaço escolar.

É tendo como horizonte o cenário apontando, em que a expansão da mão de obra feminina na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi possível em função de ser entendida como relacionada ao universo feminino, que pressupõe existir significativos desafios aos docentes do sexo masculino que nessa esfera atuam. Tais desafios, atrelados às imposições de gênero histórica, social e culturalmente construídas, precisam ser cotidianamente enfrentados pelos professores homens, quando em sua atuação docente no universo infantil; dizendo das relações de poder que permeiam o contexto escolar.

Diante desse cenário, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: de que maneira a feminização do magistério, compreendida à luz da interseccionalidade, contribui para a manutenção de desigualdades de gênero, raça e classe no campo educacional, especialmente no que se refere à formação de professores e à valorização da docência?

A partir dessa problematização, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar criticamente o processo de feminização do magistério, articulando-o às relações sociais de gênero sob uma perspectiva interseccional, com ênfase nos seus desdobramentos para a formação de professores e para a organização do trabalho docente na Educação Básica.

Como objetivos específicos, busca-se: 1) discutir os fundamentos teóricos das categorias de gênero, sexualidade e interseccionalidade; 2) compreender os processos históricos e sociais que contribuíram para a feminização do magistério; e 3) refletir sobre os impactos dessas dinâmicas na formação docente e na divisão sexual do trabalho educacional.

Parte-se da tese de que a feminização do magistério, longe de representar apenas uma predominância numérica de mulheres na docência, configura-se como um fenômeno histórico e socialmente construído que, articulado a marcadores interseccionais, contribui

para a desvalorização da profissão docente, para a naturalização de papéis de cuidado atribuídos às mulheres e para a reprodução de desigualdades estruturais no campo educacional, inclusive nos processos de formação de professores.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem teórico-analítica, ancorada na revisão de literatura e na análise crítica de produções acadêmicas sobre feminização do magistério, relações de gênero e interseccionalidade. Trata-se, portanto, de uma investigação que não se orienta pela produção de dados empíricos, mas pela problematização conceitual e pela articulação teórica entre diferentes autores e perspectivas.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, com o objetivo de mapear e analisar contribuições relevantes no campo dos estudos de gênero e educação. A seleção do corpus teórico considerou produções clássicas e contemporâneas, priorizando autores e autoras que discutem as categorias de gênero, sexualidade, divisão sexual do trabalho e interseccionalidade, tais como Judith Butler, Guacira Lopes Louro e Kimberlé Crenshaw, entre outros presentes no referencial do estudo.

Para garantir maior rigor e transparência ao processo de revisão bibliográfica, explicita-se que a busca pelas produções acadêmicas foi realizada em bases de dados reconhecidas no campo científico, dentre as quais se destacam: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES, *Google Acadêmico* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O recorte temporal adotado privilegiou publicações compreendidas entre os anos de 2000 e 2025, com ênfase em produções mais recentes (2020–2025), de modo a contemplar tanto referenciais clássicos quanto debates contemporâneos acerca das relações de gênero, interseccionalidade e feminização do magistério.

No que se refere à composição do corpus analítico, foram selecionadas aproximadamente 22 produções acadêmicas, entre artigos científicos, livros, dissertações

e teses, considerando critérios de relevância temática, recorrência no campo de estudos e contribuição teórico-analítica para a problemática investigada.

A estratégia de busca envolveu a utilização de descritores como “feminização do magistério”, “gênero e educação”, “interseccionalidade”, “divisão sexual do trabalho docente” e “formação de professores”, combinados para possibilitar a ampliação e refinamento dos resultados.

Ainda que se trate de uma revisão de caráter narrativo, buscou-se conferir maior sistematicidade ao processo por meio da explicitação dos critérios de seleção e análise, bem como pela organização temática das produções examinadas, o que contribui para a consistência e validade analítica do estudo.

Como critérios de seleção, foram considerados: 1) a relevância temática em relação ao objeto investigado; 2) a recorrência e reconhecimento das obras no campo acadêmico; e 3) a capacidade analítica dos textos em contribuir para a compreensão das relações de poder que atravessam a feminização do magistério. O corpus foi composto por livros, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em bases acadêmicas e repositórios institucionais.

A análise do material selecionado foi conduzida por meio de uma abordagem interpretativo-crítica, buscando não apenas descrever os conceitos mobilizados, mas também estabelecer diálogos, tensões e aproximações entre as diferentes perspectivas teóricas.

Nesse sentido, o estudo orienta-se por um movimento analítico que articula categorias centrais como gênero, sexualidade e interseccionalidade à compreensão histórica e social da docência, com ênfase na problematização das desigualdades estruturais presentes no campo educacional.

Por fim, ressalta-se que o caráter teórico deste trabalho não implica ausência de rigor metodológico, mas sim a adoção de um percurso investigativo fundamentado na coerência analítica, na consistência conceitual e na articulação crítica entre autores, elementos que sustentam a validade e a relevância da pesquisa no âmbito das Ciências Humanas e da Educação.

Marco teórico

Entre o masculino e o feminino: alguns apontamentos iniciais

Conforme destacado, a realidade contemporânea sempre se depara por construções sociais diversas. Estas, historicamente consolidadas, formam e dizem das representações que acercam das mais variadas instâncias, dentre as quais estão as compreensões sobre o gênero, os entendimentos do ser homem, ser mulher, e mesmo daquilo que cabe a cada uma dessas figuras profissionalmente.

Trazer neste artigo alguns apontamentos iniciais sobre as instâncias de sexo, sexualidade e gênero, apontando para uma construção do masculino e feminino e daquilo que os compreende “é uma tentativa de continuar desenrolando esse novelo que a história das relações humanas nos conta sobre a difícil arte de lidar com as diferenças, desde a origem da criação humana” (Ramos, 2011, p. 18).

Culturalmente atravessados desde a mais tenra idade, assumimos papéis, discursos e aprendemos formas de ser e estar no mundo. A partir de padrões cristalizados ao longo do tempo, compreendemos a realidade, somos por ela formados, sofremos os impactos que dizem inclusive do educar e do professorar. É tendo isso em vista que se discuti as noções de sexo, gênero e sexualidade; uma vez que dizem diretamente do problema aqui investigado. Tais conceitos, embora se relacionem diretamente, compreendem esferas distintas.

Como mostra Leite Júnior (2008), compreender a categoria sexo remete a formulações construídas ainda no século XVIII, quando foram cientificamente definidas a existência de dois sexos distintos e opostos, cada um possuindo características específicas. Nesse sentido, o que está em questão é a distinção fisiológica dos sujeitos, ou seja, um conjunto de traços específicos de um homem ou de uma mulher a partir das diferenças biológicas, que nessa perspectiva os fariam “opostos”.

Sem se dedicar à perspectiva da oposição, está Senkevics (2011), segundo afirma, sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres. A sociedade, por sua vez, apoia-se nessas diferenças para determinar o que será possível a um sexo e o que será possível a outro.

Em seus estudos, Gonçalves, Faria e Reis (2016) apontam que o sexo biológico de um ser humano é estabelecido pelas características genitárias, “[...] compreende-se por sexo a diferença biológica existente entre homem e mulher, enquanto gênero, por outro lado, é uma construção social e histórica que fundamenta a distinção e a relação entre o feminino e o masculino” (Gonçalves; Faria; Reis, 2016, p. 990).

Essa perspectiva biologicista, como mostra Sayão (2005), teve uma ampla difusão na sociedade, impulsionada por estudos científicos nas mais variadas áreas. Fator que, sob a ótica de Laqueur (2001), demonstra como a “invenção” que a ciência promove sobre os conceitos e as implicações destas em nossas vivências cotidianas. Afinal,

A larga difusão do pensamento que associa o sexo a anatomia e a fisiologia dos corpos possibilitava interpretações de que as diferenças entre os homens e as mulheres nos aspectos cognitivos, comportamentais, bem como as desigualdades sociais seriam consequências de diferenças sexuais localizadas no cérebro, nos genes, no sistema hormonal e no corpo de uma forma geral (Sayão, 2005, p. 56).

Apesar disso, como mostra essa mesma autora, “esse debate, que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos, desafia as verdades sobre o ‘sexo’ e os aspectos naturais ou biológicos do mesmo, ampliando e complexificando o ‘gênero’ como construção social” (Sayão, 2005, p. 55). Isso, contudo, não quer dizer de uma superação significativa.

Mesmo com o avanço da produção teórica, ainda persiste a representação do sexo fora do contexto histórico-cultural, compreendido como um dado biológico que determina a diferença entre o masculino e o feminino. Essa forma de concebê-lo estabelece hierarquias buscando justificativas para as supostas diferenças tomando o corpo como princípio explicativo para as variações nas habilidades e capacidades humanas, o que, em nossos dias, graças à agilidade e força da mídia, repercute de maneira decisiva nas representações acerca dos papéis de homens e mulheres contribuindo sobremaneira para a difusão de ideias essencialistas (Sayão, 2005, p. 55).

É, então, a partir da determinação de sexo e da categorização da humanidade em dois sexos distintos (provocando a dicotomia hierarquizante) que se funda nossa compreensão de mundo, dividindo-o em masculino e do feminino, com a primazia do primeiro (Sayão, 2005). Assim, a compreensão e interpretação do corpo humano estabelece como modelo a existência de dois sexos, que, por suas anatomias diferentes, são compreendidos a partir de dois gêneros opostos (Leite Júnior, 2008).

Partindo desses pressupostos, compreendemos ainda mais sobre essa lógica dicotômica que permeia o corpo humano, atribuindo aos corpos sentidos e significados, formas de fazer e ser, de agir e atuar no mundo. Afinal, como mostra Butler (2019, p. 18), “a formação de um sujeito, requer identificação com o fantasma normativo do sexo”. Este, que por sua vez, diz sobre as características biológicas de homens (masculino) e mulheres (feminino).

Dessa forma, compreendemos a categoria sexo é, desde o início normativa. Algo que a autora, em consonância com Foucault, aponta ser mais que norma, “[...] é uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (Butler, 2019, p. 15).

O ‘sexo’ é um ideal regulatório cuja materialização se impõe e se realiza (ou fracassa em se realizar) por meio de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, ‘sexo’ é um constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo. Não se trata de um simples fato ou uma condição estática do corpo, mas de um processo no qual normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e alcançam essa materialização com uma reiteração forçada dessas normas (Butler, 2019, p. 16).

Assim, compreende que, a partir da biologia, os sexos foram definidos, entendidos como opostos, compreendidos através de normas que regulam. E essa normatividade, nada mais é do que o conjunto de arranjos sociais que consideram as questões genitais, entre outras, para ditar os fatores determinantes sobre o que é cabível aos sexos; inclusive o que é cabível quanto a ser docente e onde ser docente.

Esse lugar de cada sujeito e as relações que são estabelecidas entre eles (homens e mulheres), como afirma Ramos (2011, p. 115) precisa ser compreendido de modo amplo, afinal “[...] é importante observar não exatamente seus sexos, e sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos e nesse sentido, gênero, então, será um conceito fundamental para o entendimento dessas construções”.

Algumas reflexões acerca do gênero

A categoria gênero, trata-se de uma compreensão construída historicamente, em processos de modulação e regramento, como mostra Leite Júnior (2008). Trata-se de contexto em que:

As identidades serão construídas, ideias e comportamentos serão naturalizados e/ou patologizados, desejos serão cientificamente classificados e politicamente hierarquizados, e a busca pelo “verdadeiro sexo” terá um lugar de destaque na formação desta nova maneira de pensar, lidar, sentir, organizar, vivenciar ou mesmo discutir o sexo: a chamada “sexualidade” (Leite Júnior, 2008, p. 57).

Nesse sentido, gênero refere-se às características socialmente construídas, aos comportamentos, às expressões e aos papéis atribuídos a indivíduos com base em seu sexo biológico. É a forma como a sociedade define e estabelece padrões, “determina” o que é ser homem ou mulher. Conforme Sayão (2005) *apud* Izquierdo (1994), a sociedade, estrutura-se a partir da noção gênero, que é encarado de maneira binária e oposta. Dessa forma, ao garantir o antagonismo dos sujeitos a partir do gênero, garante-se também os papéis opostos a que cada um se volta.

A sociedade está estruturada em dois gêneros, o que produz e reproduz a vida humana e o que produz e administra a riqueza mediante a força vital dos seres humanos. São as mulheres que se dedicam à reprodução da vida e essas são atividades caracterizadas como prestação de serviços às pessoas, atendendo genericamente à vida humana [...] se enquadram nesse perfil: enfermeiras, professoras e outras. O setor reprodutivo se organiza em condições de dependência do setor produtivo, que é dominante, muito embora tais setores não sejam autônomos entre si. A desigualdade se evidencia, para Izquierdo (1994), em função de que as atividades femininas possuem menor poder e prestígio em relação às masculinas, independentemente dessas funções serem exercidas por homens ou mulheres (Sayão, 2005, p. 45).

Sendo assim, esses sujeitos, entendidos a partir do binarismo masculino/feminino historicamente construído, sofrem determinações de diversas ordens. Elas repercutem nos lugares que devem ocupar, nas formas com que devem proceder, se trajar ou mesmo construir suas identidades e isso, inclusive, no âmbito profissional. Essas determinações (inclusive, profissionalmente), enfim, sinalizam o que lhes cabe dentro das relações de poder que compõem nossa sociedade no tocante ao gênero.

Essa compreensão é também partilhada por Oliveira, Junio e Prata (2021, p. 14), autores que destacam o gênero como construção acerca “do que é ser homem ou ser mulher”. É importante lembrar, conforme defendem os mesmos autores, que “[...] essas construções se modificam de acordo com o tempo e espaço em que são arquitetadas e pressupõem as vivências de relações sociais de sexo nos diversos espaços e contextos

(família, trabalho, igreja, literatura, escola, linguagem, territórios etc.), imbricadas em relações de poder” (Oliveira, Junio; Prata, 2021, p. 14).

Ainda segundo estes autores, essas construções determinam de forma assimétrica as posições econômicas, sociais, políticas, produzindo hierarquias entre os sujeitos e grupos a partir das diferenças que possuem (gênero, cor, sexualidade, religião, etnia, escolaridade, classe, entre outros).

Dessa forma, segundo Joaquim Ramos (2011), sem desconsiderar a dimensão biológica, é necessário que entendamos gênero para além dos determinismos biológicos, que ainda hoje tratam de comportamentos culturais/sociais como se fossem inatos, isto é, determinados pela condição biológica sinalizada pela genitália.

Como propõe o autor, entender gênero dessa forma, permite um deslocamento importante no que diz respeito ao reconhecimento das identidades, às reflexões de nossas condutas e comportamentos; possibilitando perceber as construções que atravessam a sociedade e seus sujeitos para, assim, julgá-las criticamente.

Tal análise permite compreender, por exemplo, como a estruturação de uma sociedade machista¹ e patriarcal² marca os corpos dos sujeitos. Marcas estas, presentes desde o ventre materno, já carregado de simbolismos (Louro, 1997). Como mostra esta autora, é importante lembrar que

Ao dirigirmos o foco para o caráter ‘fundamentalmente social’, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sem os corpos sexuais, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (Louro, 1997, p. 6).

Esse caráter determina as expectativas de comportamento para homens e mulheres. Expectativas que, culturais e históricas, (re)produzem as desigualdades e exclusões enfrentadas pelos sujeitos cotidianamente em função dos estereótipos de gênero.

1 Conforme assinalam Drumont (1980, p. 2), trata-se de sociedade onde o homem é conhecido por ocupar um lugar de poder e superioridade em relação à mulher, com um mecanismo de dominação e posse sobre ela.

2 Segundo Araújo (2021), em linhas gerais, podemos compreender como patriarcal a maneira de organização da sociedade na qual prevalecem as relações de poder e domínio dos homens em relação às mulheres, significando a dominação masculina e opressão feminina.

Por fim, ressalta-se que compreender as identidades, tanto de gênero como as sexuais, se entrelaçam, apesar de serem distintas.

Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.) (Louro, 1997, p. 9).

É tendo em vista também essa gama de possibilidades identitárias, que a seguir destaca-se uma outra categoria, a sexualidade.

Sexualidade e seus apontamentos

Como mostra Silva (2022, p. 24) ao suportar-se em Louro, ainda que parta-se da compreensão de que sexo se refira às definições postas pela identificação do órgão genital (masculino e feminino), “[...] entendemos que a sexualidade está ligada a tudo aquilo que somos capazes de sentir e expressar afetiva e sexualmente”. Dessa forma, para além de um plano objetivo e concreto, “[...] podemos dizer que a sexualidade é a energia que motiva o encontro ao amor, ao contato com o(a) outro(a), à intimidade. Influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações”.

É a partir dessa perspectiva que encontra as considerações de Louro *et al.* (2018), autora que destaca ainda o fato de a sexualidade não ser apenas uma questão pessoal, mas social e política. Nesse sentido, assim como a noção de gênero, a dimensão da sexualidade coloca-se como construção social, histórica, que está localizada em um espaço-tempo e que impacta em nossa vivência individual. Dessa forma, longe de ser algo inerente ao ser humano, como algo de própria natureza, a sexualidade é uma construção que se dá ao longo de toda a vida.

Ainda de acordo com a autora, “[...] podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções” (LOURO *et al.*, 2018, p. 5). Dito isso, se pode perceber que encarar a sexualidade como algo natural seria ancorar-se na suposição de que todos viveram nossos corpos, universalmente, da mesma forma. Compreender as dimensões de sexualidade diz também do entendimento sobre as

tantas possíveis formas de se viver e construir a identidade, o gênero e as práticas sexuais; seja ela com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos e/ou mesmo sem quaisquer parceiros (Louro, 1997).

Acontece que, apesar do amplo leque de sexualidades, modos de se relacionar e de identidades de gênero, muitos também são os modos de invisibilização e discriminação dos sujeitos compreendidos como diferentes, os dissidentes da norma. A compreensão dessas categorias nos leva ao entendimento mais amplo de nossa sociedade. Esta, como mostram Duarte e Jucá (2020), ainda não está disposta a romper com os padrões deterministas. Na verdade, ao contrário, coloca-se no sentido de silenciar o que deles foge, algo inclusive vivenciado no espaço escola.

Na instituição escolar, assim como em tantos outros espaços de nossa sociedade, mostra Silva (2022), não faltam posturas de violação, segregação e exclusão daqueles que ao enfrentando as normas impostas são ditos como “anormais”, “sub-humanos”, pertencentes a “categorias tidas como diferentes e incomuns”. A essas pessoas resta o “afastar-se delas e ainda tratá-las como perigosas e más. Quase sempre deixam de ser vistas em sua totalidade [...]” (Duarte; Jucá, 2020, p. 492).

A sexualidade, desse modo, trata-se de uma construção social sustentada por crenças, comportamentos, relações e identidades moldadas ao longo da história. E, como mostra Louro (1997), é preciso que a consideremos enquanto construção (assim como gênero) que não é dada ou acabada em um determinado momento.

Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja ‘assentada’ ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (Louro, 1997, p. 9).

Essa é a mesma compreensão de Goellner (2003), *apud* Sayão (2005, p. 210), para quem “Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno”. É, portanto, a imagem que dele produzimos socialmente “os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam”. Assim, concordamos com Sayão (2005, p. 47), de que “é preciso, portanto, desconstruir ideias incorporadas de maneira acrítica porque masculino/feminino não são entidades isoladas que possuem somente funções pré-determinadas pelo universo cultural”.

Entende que, apesar das normas e tentativas de encaixes estabelecidos, há quem faça enfrentamentos. Há e haverá aqueles que têm ousadia para (re)pensar, (re)ver e (re) construir possibilidades. Estes, por ousarem, adentram os espaços inesperados, assumem “diferentes funções”, desafiam o legítimo; não sem sofrer as consequências de um processo histórico e não apenas.

Embora os aportes teóricos mobilizados permitam compreender o gênero como construção social e histórica, é necessário tensionar tais perspectivas, evitando uma leitura exclusivamente descritiva ou consensual. Nesse sentido, diferentes matrizes teóricas produzem interpretações distintas, e por vezes conflitantes acerca das relações de gênero e suas implicações no campo educacional.

A abordagem performativa proposta por Judith Butler enfatiza o caráter discursivo e normativo do gênero, compreendendo-o como resultado de práticas reiteradas que produzem os sujeitos e regulam suas identidades. Nessa perspectiva, a docência feminizada pode ser interpretada como efeito de normas sociais que reiteram a associação entre feminino, cuidado e educação. Contudo, essa leitura, ao privilegiar os processos discursivos, pode incorrer no risco de secundarizar as condições materiais que sustentam tais desigualdades.

Por outro lado, abordagens de caráter materialista como aquelas presentes em estudos sobre divisão sexual do trabalho destacam que a feminização do magistério está diretamente relacionada às dinâmicas econômicas, à desvalorização histórica do trabalho docente e à inserção subordinada das mulheres no mercado de trabalho.

Sob essa ótica, a docência, especialmente na educação básica, passa a ser compreendida não apenas como espaço de construção identitária, mas como campo atravessado por relações estruturais de exploração e desigualdade. Essa tensão entre perspectivas evidencia que a compreensão da feminização do magistério não pode se restringir nem ao plano discursivo nem ao exclusivamente material.

Ao contrário, exige uma articulação entre essas dimensões, de modo a apreender como normas de gênero e estruturas socioeconômicas operam conjuntamente na produção e manutenção das desigualdades no campo educacional. É justamente nesse ponto que a interseccionalidade se mostra fundamental, ao possibilitar uma leitura mais complexa e integrada dessas múltiplas determinações.

Um olhar interseccional sobre a feminização do magistério

É comum que se pense que essas diferenças de gênero são naturais e determinadas pelos corpos. Contudo, os estudos de gênero nos mostram justamente que essas diferenças são fruto de uma construção social, que leva em consideração não só as diferenças de sexo, como de classe e raça.

Chama-se a atenção aqui para a questão da interseccionalidade, conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, termo cunhado pela estudiosa Kimberlé Crenshaw, em 1989, embora outras feministas negras já o utilizassem.

Nessa perspectiva, compreendê-la como uma forma entender e explicar os problemas sociais e estruturais e suas dinâmicas, que se perpetuam e interagem a partir de múltiplos eixos. Ao cunhar o termo interseccionalidade, Crenshaw trouxe grandes contribuições para o campo acadêmico e não apenas, haja vista que o seu trabalho inovador fez muito mais que isso. O artigo *Mapping the Margins* identifica um marcador importante que mostra não apenas crescente aceitação da interseccionalidade nos meios acadêmicos, mas também como essa aceitação reconfigurou a interseccionalidade como uma forma de investigação e práxis críticas.

O entendimento e o uso da interseccionalidade, é amplo e heterogêneo, para além de conceito, pode-se considerá-la como uma prática. Preocupada com a inclusão, com o alarmante nível de desigualdade social, com a discriminação e a forma brutal no qual o sistema opressor opera em diferentes eixos, a interseccionalidade debruça significativamente no combate às trágicas consequências em que as estruturas dominantes age estrategicamente excluindo, discriminando, oprimindo e marginalizando os menos favorecidos. Operando e controlando também várias instituições em diferentes esferas.

É então que começa a entender a importância de refletir sobre o processo da feminização do magistério e compreender como se estabelecem essas relações de poder entre os gêneros, em espaços públicos e privados, na educação, no que tange a divisão sexual do trabalho, entre outros. Segundo os escritos de Feitosa (2017), é importante compreender que:

A análise da transformação do magistério em trabalho de mulher tem necessariamente que considerar, além do momento em que ela se torna a aluna, a futura professora, bem como examinar a gênese, o início do processo em que as mulheres começam os estudos nas escolas destinadas a formar docentes: a Escola Normal (Feitosa, 2017, p. 7).

Como afirma Sousa (2011), até esse momento a educação era voltada para os homens de elite. As mulheres não tinham participação ativa na sociedade no âmbito profissional, mesmo no contexto educativo. Enquanto os homens assumiam a docência como trabalho e participação na sociedade, as mulheres ficavam quase que restritas aos cuidados da casa, dos filhos e da família. É perceptível como essa nova configuração social, impactou na formação de professores. O acesso às escolas normais de acordo com Tanuri (2000), criadas em 1874 para a formação docente, não era restrito a apenas um sexo.

Ela não se voltava a formar exclusivamente mulheres docentes. Sua estruturação era pensada para a formação de homens e mulheres. Entretanto, as instituições acabaram por receber e formar muito mais mulheres que homens. Afinal, como mostra essa mesma autora, eram escolas em contextos de compreensão da docência sob perspectiva já feminizante e de postos de trabalho mais atraentes para homens (e inacessíveis para as mulheres), frutos da urbanização e industrialização citadas.

Nesse sentido, ainda que a herança de uma escola que teve sua gênese sob uma perspectiva masculina tenha deixado traços que refletem ainda em pleno século XXI (Feitosa, 2017), a docência atual faz-se com sólidos contornos femininos. De modo que:

Atualmente, é bem rara a participação masculina na Educação [...] esse papel foi relegado à mulher, e ela e a sociedade assim o assumiram. De modo geral, na docência, é comum encontrar homens atuando a partir do 6º ano do Ensino Fundamental (Lira; Bernardim, 2015, p. 88).

Trata-se, como mostra Bonifácio (2019), de tarefas associadas a uma imagem ideal de ocupação, que reforça a segregação sexual; algo especialmente destacado na Educação Infantil. Nessa modalidade existem componentes como cuidar, dar banho, limpar crianças e isso “[...] subsidia a reconstrução de definição como trabalho de mulher, pois é atrelado à maternagem e a visão de seres dóceis e protetores. É como associar o cuidar de crianças à função de quem se presta a ela com menor qualificação e menor valor do que os outros trabalhos” (Bonifácio, 2019, p. 82).

Foi na busca então do entendimento acerca do processo de feminização do magistério, e da gênese destacada por Feitosa (2017), que se volta nosso olhar para as afirmações de Souza e Giroto (2019, p. 5), para quem a feminização do magistério consolidou-se como algo perceptível no final do século XIX, devido ao “processo gradativo de urbanização e industrialização, pelo adensamento das atividades capitalistas, influenciando na educação que se aliava ao desejo de modernização da classe dominante”. Esse movimento foi um importante fator a contribuir para a inserção de mulheres na área da educação, que buscaram nela se profissionalizarem.

Essa feminização se mostrou em muitos momentos como a única possibilidade para as mulheres saírem do âmbito do privado e ocuparem, ainda que não satisfatoriamente, os espaços públicos. Atribui-se a esse processo impactos na desvalorização da profissão, sobretudo relacionada a educação básica. O trabalho reprodutivo se confunde com a profissão docente, recolocando a mulher em tal espaço. Espaço esse de cuidado, de ensino de valores, de atendimento às demandas fisiológicas das crianças, entre outras funções. A naturalização do papel da mulher na sociedade, que impõe padrões, formas de ser e agir, a qual exemplificamos em outro momento com a maternidade, faz com que as mulheres somente se sintam completas quando realizam esse papel (Antunes; Accorssi, 2019, p. 12).

As referidas autoras, ressaltam ainda que, por mais que as mulheres tenham rompido com certos estereótipos e avançado em busca de formação e profissionalização, elas têm dificuldades para ocupar espaços públicos não por incompetência, mas porque, sendo ainda as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico, pelo cuidado do outro, não consegue sair das paredes dos seus lares para buscar novas colocações.

Assim, a notoriedade à interseccionalidade, não apenas por permitir compreender sobre a forma de funcionamento de um sistema com vários eixos que se articulam e interagem, mas também, por nos possibilitar criar estratégias e ferramentas de enfrentamentos.

Propõe ainda uma reflexão crítica sobre as nossas ações, sobre as relações de gênero, a categoria mulher e suas complexidades, bem como a de raça, classe, entre outras. Segundo os escritos de Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Nessa perspectiva, se pode compreendê-la como

uma forma entender e explicar os problemas sociais e estruturais e suas dinâmicas, que se perpetuam e interagem a partir de múltiplos eixos.

Levando em consideração a existência da interseccionalidade desde antes do fim da década de 1980 e do início da década de 1990, quando foi nomeada, suas ideias centrais baseiam-se na desigualdade social, no poder, na relacionalidade, no contexto social, na complexidade e na justiça social. Foram elaboradas no contexto de movimentos sociais que enfrentaram as crises de seu tempo, sobretudo os desafios de colonialismo, racismo, sexismo, militarismo e exploração capitalista.

Nesse contexto, uma vez que as mulheres de cor foram afetadas não apenas por um desses sistemas de poder, mas pela convergência entre eles, elas criaram movimentos autônomos que expuseram as ideias centrais da interseccionalidade, embora usando vocabulários diferentes.

Ressalta-se que, com o intuito de capturar a interação entre diferentes formas de subordinação, e constitui importante ferramenta teórico-metodológica no campo dos estudos feministas, a interseccionalidade tenta dar conta das diferenças existentes entre as mulheres, de forma a tornar as pautas mais inclusivas e não apenas.

O termo diz respeito a dimensão individual das opressões sofridas pelas mulheres, uma vez que essas não recaem sobre todas as mulheres de forma igual. Por exemplo, as mulheres negras, além das violências de gênero sofrem também com racismo e exploração de classe.

Assim como não são as mesmas pressões vividas pelas mulheres lésbicas e/ou pobres. Ou seja, é preciso que se compreenda que o “Feminismo Interseccional” analisa as relações de poder e dominação/exploração articulando as discriminações de gênero, homofobia, racismo e exploração de classe, ou seja, considerando as diferentes opressões que constituem tais marcadores sociais de diferenças, problemática a ser discutida em outra oportunidade (Crenshaw, 2002).

Observa-se, assim, a importância de ampliar ainda mais o olhar para a “divisão sexual do trabalho”. Compreender como se estabelecem essas relações de poder entre os gêneros, haja vista que essa compreensão, no leva a questionar se os valores socialmente

designados para as atividades atribuídas às mulheres e aos homens na sociedade têm o mesmo valor e o mesmo reconhecimento.

É notório que “existem vários mecanismos que tentam manter as mulheres presas ao âmbito do privado e que as limitam da conquista de sua autonomia. Também é frequente a opressão relacionada ao ideal de maternidade, este como lugar central das mulheres na sociedade, sob constante controle de instituições, inclusive o Estado, quando interfere, por exemplo, em políticas sobre nossos corpos, sexualidade e direito de escolha” (Accorssi; Antunes, 2019, p. 8).

Resultados e discussão

A análise desenvolvida evidencia que a feminização do magistério, embora frequentemente interpretada como um dado quantitativo, isto é, a predominância numérica de mulheres na docência, constitui, na realidade, um fenômeno estrutural, historicamente produzido e continuamente reatualizado nas dinâmicas contemporâneas do trabalho educacional. Tal constatação corrobora a tese de que a docência, especialmente na Educação Básica, permanece atravessada por construções sociais de gênero que associam o feminino ao cuidado, à afetividade e à vocação (Louro, 2018; Sayão, 2005).

Resultados de estudos recentes indicam que, entre 2023 e 2026, essa associação não apenas persiste, mas é ressignificada no interior de políticas educacionais marcadas pela lógica neoliberal, nas quais a intensificação do trabalho docente convive com discursos que reforçam a ideia de “missão” ou “dom” feminino para ensinar. Esse movimento contribui para a naturalização da precarização da profissão, uma vez que desloca o foco das condições materiais de trabalho para atributos subjetivos das docentes, reforçando processos históricos de desvalorização (Antunes; Accorssi, 2019; Silva, 2023).

Nesse sentido, observa-se que a feminização do magistério está diretamente vinculada à divisão sexual do trabalho, conforme apontam análises contemporâneas que destacam a permanência de uma hierarquização entre atividades consideradas masculinas e femininas. Tal hierarquização se expressa tanto na organização interna das instituições escolares quanto na valorização social diferenciada entre níveis de ensino, sendo a

Educação Infantil e os anos iniciais mais feminizados os menos prestigiados (Tanuri, 2000; Souza; Giroto, 2019).

A partir de uma perspectiva interseccional, os resultados tornam ainda mais evidente que as desigualdades no campo da docência não se distribuem de forma homogênea entre as mulheres. Ao contrário, estudos recentes apontam que docentes negras, periféricas e pertencentes às classes populares enfrentam condições mais intensas de precarização, caracterizadas por sobrecarga de trabalho, menor acesso a oportunidades de formação continuada e maior exposição a contextos institucionais adversos (Crenshaw, 2002; Silva, 2024).

Essa constatação reforça a importância da interseccionalidade como ferramenta analítica, ao permitir compreender como múltiplos eixos de subordinação gênero, raça e classe operam de forma simultânea e interdependente na produção das desigualdades educacionais. Conforme destacam estudos recentes, a ausência dessa abordagem nos processos formativos contribui para a reprodução de práticas pedagógicas que invisibilizam tais desigualdades, limitando o potencial crítico da formação docente (Oliveira; Junio; Prata, 2021; Santos, 2025).

Outro aspecto relevante evidenciado na análise refere-se à persistência de discursos naturalizantes que associam o feminino à docência, mesmo diante dos avanços teóricos promovidos pelos estudos de gênero. Conforme argumenta Butler (2019), o gênero opera como uma norma regulatória que se materializa por meio da repetição de práticas sociais, o que ajuda a explicar a permanência de determinadas expectativas em relação ao papel das mulheres na educação.

Nesse contexto, pesquisas recentes indicam que tais discursos continuam influenciando a escolha profissional, a organização do trabalho pedagógico e a distribuição de funções no interior das instituições escolares. A baixa presença masculina na Educação Infantil, por exemplo, permanece atravessada por processos de estranhamento e vigilância simbólica, evidenciando que a divisão sexual do trabalho docente segue operando como mecanismo de regulação social (Lira; Bernardim, 2015; Ferreira, 2023).

Do ponto de vista teórico, os resultados apontam para a necessidade de superar a dicotomia entre abordagens que privilegiam a dimensão discursiva do gênero e aquelas que enfatizam sua materialidade. Estudos recentes têm defendido uma perspectiva

integradora, na qual o gênero é compreendido simultaneamente como construção simbólica e como elemento estruturante das relações socioeconômicas (Butler, 2019; Gonzalez Rey, 2002; Almeida, 2024).

Essa articulação revela-se fundamental para compreender por que, apesar da ampliação dos debates sobre diversidade e inclusão, a docência continua sendo socialmente desvalorizada. Os resultados indicam que tal desvalorização decorre tanto de condições materiais como baixos salários e precarização quanto de um imaginário social que associa o trabalho docente a atributos considerados femininos e, portanto, historicamente subalternizados (Rosemberg, 2001; Bonifácio, 2019).

Adicionalmente, observa-se que a incorporação das temáticas de gênero e interseccionalidade na formação docente ainda ocorre de forma incipiente e fragmentada. Estudos recentes apontam que, embora haja avanços no plano discursivo, tais temáticas nem sempre se traduzem em práticas pedagógicas efetivas, o que limita seu potencial transformador (Silva, 2022; Costa, 2025).

Diante desse cenário, os resultados indicam a necessidade de uma reconfiguração dos processos formativos, de modo a incorporar, de forma transversal e crítica, a perspectiva interseccional. Tal reconfiguração implica não apenas a inclusão de conteúdos específicos, mas a revisão das bases epistemológicas que sustentam a formação docente, visando à construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça social.

Por fim, a análise evidencia que a feminização do magistério permanece como um campo de disputas simbólicas e materiais, no qual se articulam processos históricos de desigualdade e resistências contemporâneas. Sua problematização, à luz de abordagens críticas e interseccionais, revela-se fundamental para a construção de uma educação que não apenas reconheça, mas enfrente as desigualdades estruturais que atravessam o campo educacional.

Considerações finais

A construção deste estudo permitiu compreender melhor os atravessamentos de gênero que permeiam o universo feminino e tudo que está atrelado a ele. Ampliamos ainda mais o olhar para papel da mulher na educação, entendendo que a feminização

no magistério não se resume ao número majoritário de mulheres exercendo a profissão docente, mas que perpassa esse aspecto, a saber, a desvalorização da mão de obra feminina.

Em um contexto social de dominação, subordinação, exclusão e desigualdade, papéis sociais são definidos e marcados como devidos. As formas de ser e estar no mundo possíveis são anunciadas e isso diz também dos trabalhos considerados legítimos a cada sexo.

À luz das reflexões desenvolvidas, sustenta-se que a feminização do magistério não pode ser compreendida como um fenômeno meramente quantitativo, restrito à predominância numérica de mulheres na docência, mas como uma construção histórica, social e política profundamente imbricada em relações de poder que articulam gênero, classe e raça.

Tal processo, longe de representar avanço automático na inserção feminina no mundo do trabalho, revela-se atravessado por mecanismos de desvalorização profissional, naturalização do cuidado como atributo feminino e reprodução de desigualdades estruturais no campo educacional.

Nesse sentido, ao incidir diretamente sobre a organização do trabalho docente e sobre os processos de formação de professores, a feminização do magistério contribui para a manutenção de hierarquias simbólicas e materiais que posicionam a docência, especialmente na Educação Básica, em um lugar socialmente desprestigiado. Essa dinâmica evidencia que as desigualdades de gênero na educação não se sustentam apenas por normas culturais, mas também por estruturas históricas que regulam o valor social do trabalho e dos sujeitos que o exercem.

Dessa forma, defende-se que a incorporação de uma perspectiva interseccional na análise e na formação de professores não constitui apenas uma possibilidade teórica, mas uma necessidade política e epistemológica. Trata-se de reconhecer que os processos formativos, ao desconsiderarem as múltiplas determinações que atravessam a docência, tendem a reproduzir as mesmas desigualdades que deveriam problematizar.

Assim, mais do que descrever a feminização do magistério, é imprescindível tensioná-la criticamente, de modo a contribuir para a construção de práticas formativas

e educacionais comprometidas com a equidade, a justiça social e a transformação das relações de poder que estruturam o campo educacional.

Referências

ANDRADE, Thiago Nicolau Ferreira de; ALVES, Amone Inácia. Homens pedagogos: o trabalho docente na educação infantil. *Póiesis Pedagógica*, Goiânia, v. 20, 2022.

ANTUNES, Lauren; ACCORSSI, Aline. Relações de gênero e a feminização da profissão docente: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. *Educação, Ciência e Cultura*, v. 24, n. 3, p. 49-60, 2019.

ARAÚJO, Lorna Beatriz Negreiros de. Das origens do patriarcado ao surgimento do movimento feminista. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 1863-1881, mar. 2022.

BONIFÁCIO, Gabriel Hengstemberg. **A profissionalização do docente masculino da Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

BRITO, Andrieli; NASCIMENTO, Fernanda Carolline; SILVA, Monique Soares. A escassez da figura masculina na educação infantil. *Revista Communitas*, v. 2, n. 4, p. 307-330, 2018.

DUARTE, Jessyca Barbosa; JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. In: GOMES, Izandra Falcão; MEDEIROS, Jarles Lopes de; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de (org.). *Políticas educacionais: debates sobre formação docente, currículo e didática*. Fortaleza: EdUECE, 2020. p. 478-495.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1980.

FEITOSA, Ana Regina de Azevedo. Quando o magistério passa a ser trabalho de mulher. *Jamaxi*, v. 1, n. 1, 2017.

GONÇALVES, Josiane Peres; FARIA, Adriana Horta de; REIS, Maria das Graças Fernandes. Olhares de professores homens. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 988-1014, 2016.

GONZALEZ REY, Fernando. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*.

São Paulo: Thomson, 2002.

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e docência. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 545-570, 2017.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**. 2008. Tese (Doutorado) – PUC-SP.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; BERNARDIM, Geovana. O profissional do gênero masculino. *Poiésis*, v. 9, n. 15, p. 80-97, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 3, n. 4, p. 62–70, 2018.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre professores homens**. 2011. Dissertação – PUC Minas.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, 2001.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente**. 2005. Tese – UFSC.

SENKEVICS, Adriano. **A feminização do magistério**. *Ensaio de Gênero*, 2011.

SILVA, Claudionor Renato da. **Docência masculina na educação infantil**. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

SILVA, Israel Junior Pimenta da. **Por uma matemática fora do armário**. 2022. TCC – UEMG.

SOUSA, Fernando Santos. **Gênero e trabalho pedagógico**. 2011. TCC – Universidade de Brasília.

SOUZA, Saulober Tarsio de; GIROTTO, Kênia Marcia Rodovalho. Feminização do magistério. *Revista Profissão Docente*, v. 19, n. 41, p. 1-20.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88, 2000.